



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**MANAUS
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU Nº 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 124/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**MANAUS
MARÇO/2013**

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	9
PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	9
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado	9
2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	10
3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
5 MACROPROCESSOS DE APOIO	17
6 PRINCIPAIS PARCEIROS	18
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	20
7 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	20
8 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	22
9 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	23
10 INDICADORES	25
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	27
11 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	27
12 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	28
13 SISTEMA DE CORREIÇÃO	30
14 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	31
14.1.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	32
14.1.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	32
14.1.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	33
Análise crítica	34
PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36
14.1.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	36
Análise crítica	36
15 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	37
15.1.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	37
15.1.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	37
15.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	38
15.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	39
15.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	40
15.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	40
15.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	42
15.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	42
15.1.5 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	42
16 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	43
16.1.1 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	43
16.1.2 Composição do Quadro de Estagiários.....	44
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	45
17 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	45
17.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	45
17.1.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	45
Análise crítica	45
18 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	47
Análise crítica	48
19 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	49
20 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	51
20.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	52
20.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	59

21	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	60
22	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	61
22.1.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	61
	Análise crítica	61
23	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	62
23.1.1	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	62
24	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	63
24.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	63
25	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	64
25.1.1	Declaração com Ressalva	64
27	. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	9
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	28
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	32
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO	33
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	36
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	37
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	38
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	39
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	40
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	40
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	42
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	43
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	43
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	44
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	45
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	45
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	47
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	49
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	51
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	52
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	59
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR ...	61
Quadro A.10.6 – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	62
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	64

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DELEMIG – Delegacia de Imigração.
RG – Relatório de Gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
ACI_ - Autos de constatação e notificação de infração
BDI - Boletins de Distribuição Judicial
BDJ - Boletins de Decisão Judicial - BDJ
CGU - Controladoria-Geral da União
DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada
DLOG - Diretoria de Administração e Logística Policial
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPF/TBA/AM - Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM
IN - Instrução Normativa
IPL - Inquérito Policial
LOA - Lei Orçamentária Anual
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEC - Plano Especial de Cargo
PF - Polícia Federal
PIB - Produto Interno Bruto
PIC - Prontuários de Identificação Criminal
PORT - Portaria
PPA - Plano Plurianual
SR - Superintendência Regional
REF - Registro Eletrônico de Frequência
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINARM - Sistema Nacional de Armas
SINIC - Sistema Nacional de Identificação Criminal
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
SISCART - Sistema Cartorário
SR/DPF/AM - Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas
TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência
TCU - Tribunal de Contas da União
UG - Unidade Gestora
DELEAQ – Delegacia de Controle de Produtos Químicos e Armas de fogo.
NEOF - Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
SRH - Setor de Recursos Humanos
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
SELOG - Setor de Administração e Logística Policial
COGER – Corregedoria – Geral de Polícia Federal
JE – Justiça Estadual
JF – Justiça Federal
MPF – Ministério Público Federal
NUDIS/SR/DPF/AM – Núcleo de Disciplina da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas
NID – Núcleo de Identificação.
SETEC – Setor Técnico Científico.

QUADRO RELATIVO AOS ITENS NÃO APRESENTADOS NESTE RELATÓRIO

ITEM	JUSTIFICATIVA
QUADRO A.1.1	Não se aplica, pois esta UJ, por força do Anexo I, da DN TCU nº 119/2012, apresenta o relatório de gestão consolidada.
QUADRO A.1.3	Não se aplica, pois esta UJ, por força do Anexo I, da DN TCU nº 119/2012, apresenta o relatório de gestão consolidada.
QUADRO A.1.4	Não se aplica, pois esta UJ, por força do Anexo I, da DN TCU nº 119/2012, apresenta o relatório de gestão consolidada.
QUADRO A.3.2	Não se aplica a esta UJ devido à sua natureza jurídica.
QUADRO A.3.3	Não se aplica a esta UJ devido à sua natureza jurídica
QUADRO A.3.4	Não se aplica a esta UJ devido à sua natureza jurídica
QUADRO A.4.1	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.2	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.3	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.4	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.5	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.6	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.7	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.4.8	Não se aplica, pois a UJ não é Unidade Orçamentária.
QUADRO A.4.9	Não se aplica, pois a UJ não é Unidade Orçamentária.
QUADRO A.4.10	Não se aplica, pois a UJ não é Unidade Orçamentária.
QUADRO A.4.11	Não se aplica, pois a UJ não gerencia recursos arrecadados e não movimentou recursos no exercício.
QUADRO A.4.12	Não se aplica, pois a UJ não gerencia créditos originários.
QUADRO A.4.13	Não se aplica, pois a UJ não gerencia créditos originários.
QUADRO A.5.1	Não se aplica a UJ, enviado pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.5.3	Não se aplica a UJ, enviado pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.5.4	Não se aplica a UJ, enviado pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.5.5	Não se aplica a UJ, enviado pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.5.6	Não se aplica a UJ.
QUADRO A.5.7	Não se aplica a UJ.
QUADRO A.5.9	Não se aplica a UJ. Conta tipo B não é mais utilizada pelos servidores.
QUADRO A.5.10	Não deve ser informado sob orientação da A.C.I – informação sob sigilo legal.
QUADRO A.5.11	Não se aplica a UJ. Conta tipo B não é mais utilizada pelos servidores.
QUADRO A.5.12	Não se aplica a UJ. Conta tipo B não é mais utilizada pelos servidores.

QUADRO A.5.13	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.14	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.15	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.16	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.17	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.18	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.19	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.20	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.21	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.22	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.23	Não se aplica, pois a UJ não renunciou a quaisquer receitas tributárias.
QUADRO A.5.24	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.5.25	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.1	Não deve ser informado sob orientação da A.C.I – informação sob sigilo legal.
QUADRO A.6.4	Não deve ser informado sob orientação da A.C.I – informação sob sigilo legal.
QUADRO A.6.8	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.9	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.10	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.11	Não se aplica a esta UJ, pois tais informações são prestadas pela CRH/DGP/DPF, em Brasília.
QUADRO A.6.12	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.13	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.14	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.6.15	Desde 2004 não houve concurso público para o Plano Especial de Cargos do DPF.
QUADRO A.6.16	Não se aplica a esta UJ. Tal informação é prestada pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.7.2	Não deve ser informado sob orientação da A.C.I – informação sob sigilo legal.
QUADRO A.10.1	A UJ teve suas contas aprovadas sem recomendações pelo TCU.
QUADRO A.10.2	A UJ teve suas contas aprovadas sem recomendações pelo TCU.
QUADRO A.11.1	A UJ está enquadrada no quadro A.11.2 deste Relatório.
QUADRO A.11.3	Não se aplica, pois a UJ não possui capital social dividido em ações.
QUADRO A.11.4	A UJ não possui investimentos permanentes em outras sociedades.

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas				
Denominação Abreviada: Polícia Federal no Amazonas				
Código SIORG: 1140		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200382
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0021-80	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 9999-9	
Telefones/Fax de contato:		(92) 3655-1515	(092) 3655-1517	(092) 3655-1505
Endereço Eletrônico: gab.sram@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br				
Endereço Postal: Av. Domingos Jorge Velho, 40 – Bairro Dom Pedro II – Planalto, Manaus /AM – CEP 69042-470				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga		200382/200383	Ativa	70193
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.				
SR/DPF/AM:				
- Decreto 56.510, de 28/06/65, D.O.U. 138, de 22/07/65 cria a Delegacia Regional “C” no Amazonas;				
- Portaria 527/64, BS. 245, de 24/12/64				
- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Transforma a Delegacia Regional no Amazonas em Superintendência.				
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.				
- Portaria nº 2.877/MJ, de 31.12.2011, que aprova o Regimento Interno.				
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
200382/200383	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO AMAZONAS			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
00001	TESOURO/FUNAPOL			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
200382/200383		00001		

2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Não há como dissociar a finalidade da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas das finalidades determinadas para o Departamento de Polícia Federal. Assim, em consonância com o arcabouço legal, o qual define as atribuições da Polícia Federal, pode-se concluir que o papel desta Unidade é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição, sendo responsável pela execução das ações da PF na circunscrição própria, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa. Suas atribuições estão assim definidas:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Amazonas;
- Administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Tabatinga/AM (DPF/TBT/AM), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- Propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Amazonas, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- Executar operações policiais relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da PF, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/AM e da DPF/TBT/AM.

A competência institucional desta Unidade abrange diversos municípios do estado do Amazonas, mas não a sua totalidade em razão da imensa área territorial desta Unidade da Federação. Dessa forma, a Portaria 2099/2011, de 15/02/2011, publicada no BS 33, de 16/02/2011, que define a circunscrição de atuação das unidades do DPF, descreve que a circunscrição da SR/DPF/AM abrange 46 municípios (Alvarães, Anamá, Anori, Apuí, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Envira, Fonte Boa, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tapauá, Tefé, Uarini, Urucará e Urucurituba).

Estão excluídos os municípios: Boca do Acre/AM, Pauini/AM, Eirunepé/AM, Feijó/AM, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Humaitá/AM e Lábrea/AM, que são afetos a outras Superintendências Regionais (Acre e Rondônia)

A Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM – DPF/TBA/AM, abrange 08 municípios (Amaturá/AM, Atalaia do Norte/AM, Benjamin Constant/AM, Carauari/AM, Santo Antônio do Içá/AM, São Paulo de Olivença/AM, Tabatinga/AM e Tonantis/AM).

Ainda no arcabouço de sua competência Institucional, mister frisar que as normas que a regem são as seguintes:

- Art. 144 da Constituição Federal, em seu parágrafo 1º; - Lei Complementar nº 089/1997 (Institui o FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (reorganizou o DFSP);

- Lei nº 5.010/1966 (organiza a Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei nº 7.492/86 (Crimes contra o sistema financeiro nacional);
- Lei nº 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-Lei nº 6.378/1944 (Transformou a Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições do DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 6.061/2007 (Estrutura Regimental do MJ);
- Portaria MJ nº 2.877, de 31 de dezembro de 2011. (Regimento Interno DPF);
- Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF (competências das unidades do DPF e atribuições de seus dirigentes).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa, conforme especificado no Regimento Interno do Órgão, Portaria MJ nº 2.877, de 31 de dezembro de 2011.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas, enfrenta enormes desafios para cumprir seus objetivos constitucionais. É a área mais extensa das 27 unidades federativas com 1.570.745,680 km². Sua bacia hidrográfica e igualmente uma das maiores do mundo, característica que dificulta a logística em comparação ao resto do Brasil, confere isolamento à região pela escassez de estradas e de acessos aeronáuticos. As principais vias de integração da capital com o interior são os rios, aspecto de especial atenção para o sucesso do órgão em alcançar toda a sociedade no estado.

As principais realizações da gestão no exercício foram:

- Aprimoramento do “Cartório Itinerante” (diligências no interior do Estado, centralizadas na DREX), com maior nível de detalhamento das missões e previsibilidade da data de cumprimento, englobando não só as atividades de polícia judiciária, mas também de polícia administrativa (controle de imigração, segurança privada e fiscalização de produtos químicos).
- Continuidade do processo de especialização das delegacias.
- Conclusão da construção da nova Base Anzol (base policial flutuante).
- Atendimento das metas da COGER/DPF, com 983 inquéritos policiais instaurados e 959 inquéritos relatados.
- Expressivo aumento no número de processos administrativos atendidos na DELESP e DELEMIG.
-
- Manutenção da Operação Sentinela no AM, em curso nas fronteiras internacionais desde dezembro de 2009.
- Reforma das principais embarcações da UJ.
- Aquisição de 5 embarcações de abordagem (Flexboat).

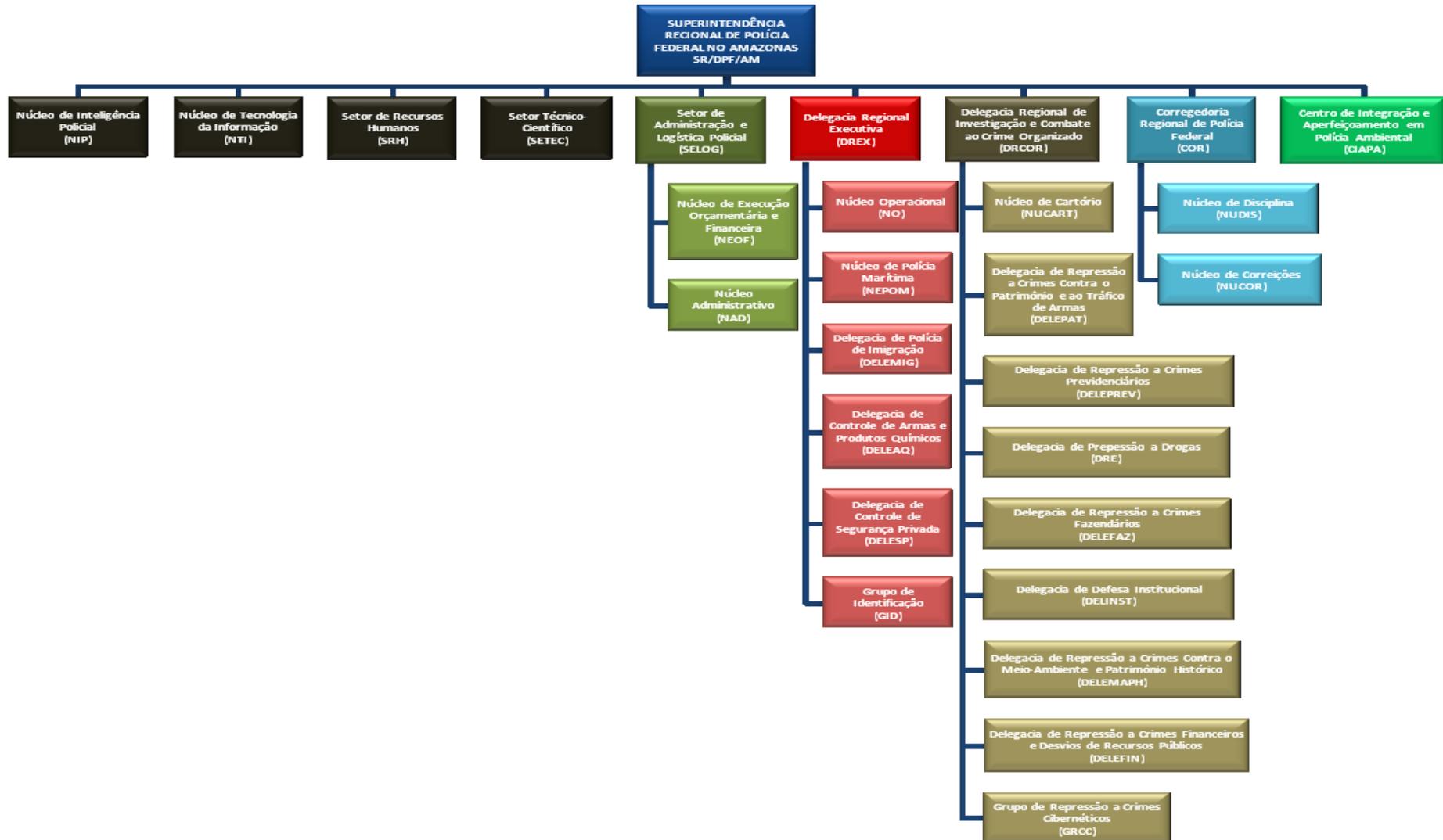
- Deflagração e conclusão de diversas operações de inteligência, algumas delas represadas por falta de recursos humanos e materiais.
- Realização da Operação Trapézio, cujo objetivo principal foi a erradicação de plantios de coca e destruição de laboratórios de refino de cocaína no Peru, em conjunto com a polícia daquele país (DIRANDRO/PNP).
- Conclusão da nova unidade de inteligência policial na DPF/TBA/AM.
- Implementação do projeto social “Horta da Felicidade”, em parceria com órgãos públicos e entidades filantrópicas.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram:

- Redução do efetivo policial da UJ, com seguidas remoções de servidores para outras unidades, sem a correspondente reposição das vagas.
- Corte no orçamento da unidade.
- Ausência de pessoal capacitado para desenvolver processos licitatórios mais complexos, assim como para gestão de contratos.
- Dificuldades logísticas da Região Amazônica.
- Ausência de embarcações adequadas e aeronaves para o transporte de pessoal e material, bem como para operações/diligências no interior do Estado do Amazonas.
- Aumento significativo de demandas externas (JF, JE, MPF e demais órgãos federais).
- Contínuo aumento de ingresso de estrangeiros, em especial de milhares de cidadãos haitianos pelo município de Tabatinga/AM, solicitando refúgio, e de número de vôos regulares para o exterior.
- Excessivos recrutamentos de servidores desta UJ para atividades em outras unidades, em especial nos órgãos centrais.

Assim, resumidamente, em que pese às dificuldades encontradas seja pelas características próprias da região amazônica, seja pelo aumento do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ou, ainda, pela greve de servidores policiais dos cargos de Agente, Escrivão e Papiloscopista, diversos dos objetivos determinados para a Unidade foram totalmente cumpridos. Os que não o foram ocorreram por razão alheia à vontade da administração regional.

3 Organograma Funcional



A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga, três (03) Postos Avançados em São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Santo Antônio do Içá (Base Garatéia).

Conforme disposto no novo regimento interno da Polícia Federal, normatizado pela portaria nº 2.877/Ministério da Justiça, de 31/12/2011, na qual estão previstas as suas competências e atribuições. Compõem a estrutura da superintendência regional, o **Gabinete**, composto por **quatro (04) Setores** (Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e **Cinco (05) Núcleos** (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo Administrativo e Núcleo de Identificação).

A **Delegacia Regional Executiva - DREX/SR/AM**, é composta por três (03) delegacias especializadas (Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Controle de Segurança Privada e Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos), dois (02) núcleos (Núcleo de Polícia Marítima e Núcleo de Operações) e um (01) grupo (Grupo de Identificação).

A **Delegacia Regional De Combate Ao Crime Organizado** é composta por sete (07) delegacias especializadas: Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios De Recursos Públicos); Um (01) Núcleo (Núcleo Cartório); e Um Grupo (Grupo De Repressão a Crimes Cibernéticos).

A **Corregedoria Regional de Polícia** é composta pelos núcleos de correições e disciplina.

Por fim, a **Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM**, sem qualquer outra subdivisão formal.

4 Macroprocessos Finalísticos

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada sob o controle da CONAT.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros (passaporte). Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes; controle de importação e exportação de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI).
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento fluvial executado pelo NEPOM.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição através do Grupo de Pronto Intervenção (GPI).
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.

Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

5 Macroprocessos de Apoio

Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da Superintendência, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional e Interpol	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal no Amazonas com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da Superintendência.
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal do Amazonas, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil.	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

6 Principais Parceiros

Os principais parceiros desta Unidade podem ser divididos em públicos (incluindo as empresas públicas, em que pese sua natureza jurídica de direito privado) e os particulares.

Dos parceiros públicos citam-se os abaixo:

- EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – serviços de coleta, entrega de correspondência agrupada (malotes);
- Amazonas Energia – fornecimento de energia elétrica;
- DIN Imprensa Nacional – publicação na Imprensa Nacional;
- Radiobrás – distribuição de publicidade legal para o princípio da publicidade;
- Infraero – fornece as linhas físicas na sala da Polícia Federal no Aeroporto Eduardo Gomes;
- Águas do Amazonas – fornecimento de água e esgoto;
- Cosama Cia. de Saneamento do Amazonas – fornecimento de água para as descentralizadas;
- DETRAN/AM – emplacamento e pagamento de taxas de veículos da Unidade;
- CIEE – fornecimento de estagiários para a Unidade.

Dos parceiros privados cita-se os abaixo:

- Geração Serviços e Comércio Ltda. – fornecimento de mão de obra terceirizada;
- Claro S.A – prestação de serviço de telefonia móvel;
- Copymaster Comércio e Representação Ltda. – locação de 02 máquinas copiadoras;
- Ticket Serviços S.A. – serviço de gerenciamento e controle de aquisição de combustível;
- Araújo Abreu Engenharia Norte Ltda. – serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios da Unidade;
- R. Pinheiro Grimm Transportes – serviço de transporte de mobiliário para território nacional;
- Distribuição de Bebidas Ilusão – Aquisição de água e gás para a Superintendência;
- MM Resende Comercial - Aquisição de água e gás para Tabatinga e Op. Sentinela;
- Editora NDJ Ltda. – assinatura de boletins de licitações e contratos;
- C&S Const. Conservação e Serviços Ltda. – fornecimento de serviços e mão de obra especializada em marinharia e limpeza para a Delegacia em Tabatinga;
- Visam Vigilância da Amazônia – serviço de mão de obra de vigilantes;
- Apolo Agencia de Viagens e Turismo Ltda. – fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias;
- Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Ltda. – serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos;
- Telemar Norte Leste S.A. – fornecimento de serviço telefônico fixo para a Unidade.
- Universidade Federal do Amazonas – UFAM
- Receita Federal do Brasil – RFB
- Forças Armadas Brasileiras - Exército, Marinha e Aeronáutica.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas no ano de 2012, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU Nº 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 124/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013). O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo Único, Port. TCU nº 150/2012, ou seja, informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, tecnologia da informação, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo, e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG. Bem como, todos os outros aspectos relacionados a gestão da instituição no ano de 2012.

Em relação ao não preenchimento de alguns quadros, bem como a não apresentação de alguns itens neste Relatório de Gestão, resta salientar que, tal fato ocorreu por orientação da Assessoria de Controle Interno (A.C.I) do Departamento de Polícia federal.

Em relação aos quadros não preenchidos, destacamos os seguintes:

Relacionados às Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada e Execução Orçamentária e Financeira, os quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5, A.4.6, A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.11, A.4.12 e A.4.13. Pois, tal informação será prestada pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal ou por não fazerem parte das atividades da Unidade Jurisdicionada.

As informações relativas aos quadros A.6.8, A 6.9, A 6.10, A 6.11, A 6.12 e A 6.13 serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central, de modo que as SR's não as apresentarão nos respectivos Relatórios de Gestão.

Em relação aos quadros A 6.15 e A 6.16 não houve, no exercício de 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento.

As informações do quadro A.6.14 não se aplicam a Unidade Jurisdicionada.

Em relação ao quadro A.6.1 e A.6.4, foi exarada orientação no sentido de seu não preenchimento devido ao fato de pertencerem a termo de classificação de informações quanto ao quantitativo, distribuição, localização e mobilização de servidores do Departamento de Polícia Federal, com grau de sigilo reservado, com fundamento na Lei 12.527 de 2011, artigo 23, incisos VII e VIII e na Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242

Em relação ao item que versa sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros, foi exarada orientação no sentido da não apresentação das exposições do mesmo, devido ao fato de pertencer a termo de classificação de informações com grau de sigilo reservado, com fundamento na Lei 12.527 de 2011, artigo 23, incisos VII e VIII.

Em relação ao quadro A.7.2, relativo à Distribuição Espacial de Bens Imóveis Locados de terceiros, foi exarada orientação no sentido de seu não preenchimento devido ao fato de pertencer a termo de classificação de informações com grau de sigilo reservado, com fundamento na Lei 12.527 de 2011, artigo 23, incisos VII e VIII.

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição (Portaria nº 1735/2010-DG, de 03 de novembro de 2010):

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional;
- Combate aos Crimes Cibernéticos.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”.

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”.

A Melhoria da Gestão busca atender os princípios constitucionais da administração pública, notadamente os da moralidade e da eficiência, uma vez que é dever de todo gestor, para não dizer de todo o funcionário público, buscar a melhor forma de atender os objetivos finalísticos da instituição de maneira clara, transparente e eficiente.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência Regional no Amazonas atuou mais notadamente nas áreas de repressão ao tráfico de drogas, combate à corrupção e controle de imigração. A segunda teve como ponto alto a prisão e posterior instauração de procedimento disciplinares específicos e afastamentos, tanto judicial como administrativo, de quatro servidores desta Unidade que, após investigações realizadas pelo Núcleo de Inteligência desta Superintendência, foram presos e indiciados em inquérito policial.

Diversos contratos de prestação de serviços foram renovados, já adaptados aos modernos preceitos de gestão. Destacam-se os contratos de gestão de frotas de veículos e embarcações para abastecimento e manutenção, além do contrato de manutenção predial com novo modelo de mensuração de serviços. Ainda sobre a gestão, ressalta-se a busca incessante pela informatização dos processos, que conferiu maior agilidade na tramitação de documentos e difusão das diretrizes e tarefas aos servidores, cujo destaque foi a disseminação e aprimoramento da ferramenta SIGEPOL.

No tocante a repressão ao tráfico de drogas, além de outras operações de inteligência policial deflagradas no exercício, que resultou na prisão e neutralização dos principais narcotraficantes da região de fronteira do AM com o Peru, destaca-se: Operação Trapézio, sendo esta a primeira ação de erradicação de plantios de coca e destruição de laboratórios de refino da droga em território peruano, coordenada por um órgão brasileiro; Operação Broca, de caráter permanente, que visa identificar plantios de coca em território brasileiro, assim como realizar estudos científicos relativos à produção da droga, em especial sobre os insumos empregados e a razão de droga produzida a partir de determinada quantidade de matéria prima e outros insumos.

As ações acima também repercutiram diretamente e de forma positiva na inserção internacional do órgão, em especial nos países produtores de droga na América Latina (Colômbia e,

Peru) e nos Estados Unidos da América, que mantêm permanentes ações dessa natureza.

Quanto às investigações de desvios de recursos públicos, tais procedimentos encontraram dificuldades de serem continuados em razão da remoção do Delegado responsável por tais procedimentos para o órgão central. Tal fato foi resolvido em dezembro último com a vinda, via remoção para acompanhamento de cônjuge, de outra autoridade policial que assumiu a chefia da delegacia especializada respectiva e ao longo de 2013 priorizará tais procedimentos.

A consumação dos objetivos estratégicos foi, além de outras causas, prejudicada pelo movimento grevista realizado pelos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas ao longo de mais de dois meses. O atendimento á população só não foi mais prejudicado em razão de ser realizado, na área de polícia administrativa, por servidores administrativos e, principalmente, colaboradores terceirizados. Os serviços de polícia judiciária ficaram totalmente paralisados durante o movimento paredista.

Em síntese, todas as ações adotadas pela administração ao longo do ano visaram adequar, finalisticamente, o planejamento estratégico do DPF com as atribuições previstas na constituição, leis e regulamentos já citados neste relatório.

8 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As estratégias desta regional foram balizadas no planejamento estratégico e visando suplantar as seguintes dificuldades:

- Complexidade logística da região amazônica (alto custo, grandes distâncias, ausência de mão de obra especializada em algumas áreas; transporte terrestre limitado, transporte fluvial e aéreo limitado);
- Limitação dos recursos humanos (SR/DPF/AM possui um dos mais baixos índices de lotação dentre as unidades da PF, de acordo com os critérios estabelecidos pelo próprio órgão);
- Excessivo número de procedimentos criminais (IPL, LRE, CP, PAD, Sindicâncias e outros) em tramitação;
- Excessiva demanda de atividades de polícia ostensiva (reintegração de posse, retomada de prédios públicos invadidos, escoltas de presos, segurança de dignitários, questões indígenas) o que prejudica a atividade de polícia judiciária;
- Contingenciamento e insuficiência de recursos para pagamento de passagens aéreas e diárias durante parte do ano de 2011;
- Ausência de empresas regulares e/ou interessadas em contratar com a administração pública no interior do Estado, o que implica na necessidade de aumentar os gastos com suprimento de fundos nas missões para o interior;
- Ausência de postos bancários em grande parte do interior do Estado do Amazonas, o que demanda a autorização de saque do suprimento de fundo;
- Morosidade típica das relações internacionais para atuação conjunta com forças policiais do Peru e da Colômbia;
- Movimento grevista deflagrado por alguns cargos de servidores da Instituição.

Não ocorreu necessidade de se realizar alterações nos macroprocessos ao longo do ano. Por outro lado, buscando melhorar a eficiência da atividade da Instituição e a sua modernização, realizou-se uma grande movimentação interna de servidores policiais e administrativos, além da aquisição de novos computadores e suplementos de informática.

A defasagem de pessoal agravou-se durante o exercício uma vez que diversos foram os policiais removidos para outras Unidades sem a devida reposição. Outra característica típica da administração desta Superintendência em relação ao pessoal é que saem removidos profissionais treinados e capacitados para diversas áreas de atuação e recebem-se novos servidores, recém-egressos na carreira, que ainda necessitam ser treinados e capacitados. Isso demanda tempo, recurso público e impede a melhoria contínua das atividades finalísticas. Tal fato seria minorado se houvesse uma macropolítica orientada a incentivar o servidor a permanecer na região por mais tempo.

9 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Mesmo diante de severas limitações de ordem financeira, das seguidas perda de recursos humanos e das peculiaridades que esta região apresenta, a UJ tem cumprido, da melhor forma possível, as ações planejadas, principalmente no tocante ao combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, controle imigratório e de crime contra a administração pública.

Assim, pode-se citar como os principais resultados alcançados pela administração da Unidade, que melhorou, não só a cadeia de produção de provas para processos judiciais, como também o atendimento fim ao cidadão que procura a Unidade com vistas a obter seus serviços finalísticos:

- Aprimoramento do “Cartório Itinerante” (diligências no interior do Estado, centralizadas na DRCOR), com maior nível de detalhamento das missões e previsibilidade da data de cumprimento, englobando não só as atividades de polícia judiciária, mas também de polícia administrativa (controle de imigração e segurança privada).
- Continuidade do processo de especialização das delegacias.
- Conclusão da nova unidade de inteligência policial na DPF/TBA/AM.
- Conclusão da execução da construção da nova Base Anzol (base policial flutuante), cuja entrega foi adiada por atrasos na descentralização dos recursos e pela demora da empresa contratada e ocorreu em novembro de 2012.
- Atendimento das metas da COGER/DPF, com os índices exigidos, em especial no tocante a relação de IPLs instaurados e relatados. A SR/DPF/AM alcançou o número aproximado de 1700 (um mil e oitocentos) IPLs em andamento.
- Expressivo aumento no número de processos administrativos atendidos na DELESP e DELEMIG, que resultou em maior arrecadação ao FUNAPOL, superando os anos anteriores, sem que houvesse o respectivo aumento de funcionários.
- Manutenção da Operação Sentinela no AM, em curso desde dezembro de 2009.
- Reforma das principais embarcações da UJ, por meio de verba própria.
- Aquisição de 5 embarcações de abordagem (Flexboat) que já estão em funcionamento.
- Deflagração e conclusão de diversas operações de inteligência, algumas delas represadas por falta de recursos humanos e materiais.
- Realização da Operação Trapézio, cujo objetivo principal foi a erradicação de plantios de coca e destruição de laboratórios de refino no Peru, em conjunto com a polícia daquele país (DIRANDRO/PNP).
- Aquisição de diversos equipamentos de informática visando uma modernização do parque tecnológico que está, em sua maioria, com equipamentos obsoletos.
- Implementação de parceria com o Ministério Público do Trabalho para a Unidade ser beneficiada nos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) capitaneados por aquela instituição, o que acarreta numa grande economia de recursos públicos em materiais e equipamentos indispensáveis para o bom funcionamento do órgão.
- Implementação de parceria com a Universidade Federal do Amazonas do programa PROTEGE que visa melhorar a saúde do servidor com a prestação de serviços de atendimento psicológico, ginástica laboral, educação física e outros.
- Implementar o projeto social “Horta da Felicidade”, em parceria com órgãos públicos e entidades filantrópicas.
- Continuidade das Operações Trapézio, em cooperação com a DIRANDRO/PNP.

Outras metas que foram estabelecidas pela administração regional não foram adimplidas em razão de inúmeras questões, abaixo citadas, que, como se percebe, fogem ao controle da administração da Unidade:

- Continuidade de redução do efetivo policial da UJ, com seguidas remoções de servidores para outras unidades, sem a correspondente reposição das vagas.
- Ausência de pessoal capacitado para desenvolver processos licitatórios mais complexos, assim como para gestão de contratos.

- Dificuldades logísticas da região amazônica.
- Ausência de embarcações adequadas e aeronaves para o transporte de pessoal e material, bem como para operações/diligências no interior do Estado do Amazonas.
- Aumento significativo de demandas externas (JF, JE, MPF e demais órgãos federais).
- Contínuo aumento de ingresso de estrangeiros, em especial de milhares de cidadãos haitianos pelo município de Tabatinga/AM, solicitando refúgio.
- Excessivos recrutamentos de servidores desta UJ para atividades em outras unidades, em especial nos órgãos centrais e para atendimento de Operações Permanentes como a Sentinela e Arco de Fogo.

As metas que não alcançaram pleno êxito foram as seguintes com as respectivas justificativas:

- Conclusão da construção do novo flutuante (estação portuária) do CIAPA e NEPOM/AM, em razão de atraso, já penalizado, da empresa contratada para a realização da obra.
- Obtenção de recursos para continuidade do plano diretor de obras da SR/DPF/AM e demais unidades da PF no AM, uma vez que os recursos não foram repassados pela administração central em razão de contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal.
- Aquisição de imóvel em Tefé para abrigar o atual posto avançado da PF no município, já que ainda está ausente o termo de referência para tal medida, já que ainda não foi deliberado pela administração central se será instalada uma Delegacia ou apenas um posto avançado de serviços da Polícia Federal.
- Início do processo de instalação de posto descentralizado (em shopping Center) de atendimento da PF em Manaus/AM, para emissão de passaportes, uma vez que ainda aguarda a conclusão das obras que são realizadas no shopping Center, cuja conclusão é prevista para meados do ano de 2013.
- Gestões junto à Direção Geral visando estabelecer Manaus/AM como base permanente de aeronave do DPF para atendimento da região Norte. Tal medida de impacto extremamente positivo para a Unidade e demais Superintendências da região amazônica, ainda se encontra sob estudo de viabilidade na administração central.
- Planejamento e início da implementação do sistema digital de inquéritos policiais e outros procedimentos. Essa meta ainda não foi atingida por impedimento tecnológico de ausência de largura de banda de internet na Unidade e, em razão disso, de seus respectivos equipamentos e suplementos de informática.
- Iniciar processo licitatório de projeto executivo e obra da construção da DPF/TBA/AM e dos PNRs, o que ainda não ocorreu em razão de contingenciamento orçamentário

10 Indicadores

Seguindo orientação da COGER, foi instituído um indicador de desempenho para as atividades de Polícia Judiciária. Ainda pendente de outras variáveis a serem instituídos pela administração central, iniciou-se o ano com o seguinte indicador: número de inquéritos policiais relatados, dividido pelo número de inquéritos policiais instaurados (IPLs relatados/IPLs instaurados).

Posteriormente, numa tentativa de aumentar os dados para alcançar um melhor indicador de desempenho, a COGER modificou a fórmula, que passou a considerar também as notícias de crime que estavam pendentes de instauração de inquérito policial.

Assim, ao final do ano, o indicador de desempenho da atividade de polícia judiciária passou a ser: número de inquéritos policiais relatados, dividido pelo número de inquéritos policiais instaurados somados às notícias de crime pendentes de instauração, ou seja, IPLs relatados / (IPLs instaurados+NC pendentes).

A utilidade deste indicador ainda está em fase de melhorias. Anteriormente concebido somente para verificar se a carga de procedimentos investigativos estava aumentando ou diminuindo em cada Unidade, passou a ser modificado visando uma maior utilidade. Não se pode afirmar que é perfeito, uma vez que ainda se encontram pendentes diversas outras variáveis, tais como complexibilidade, geografia da localidade, outras atribuições a que está submetida a autoridade policial que preside os procedimentos etc.

Entretanto, apesar das falhas acima citadas e que devem ser solucionadas pela COGER a fim de instituir um padrão nacional, a utilidade do indicador pretende aferir se a Unidade tende a aumentar, a manter ou diminuir o número de inquéritos policiais em andamento.

Assim, considerando que o indicador pretende apenas verificar a tendência da quantidade dos inquéritos policiais em andamento em cada Unidade, a complexibilidade de se mensurá-lo é mínima, perfeitamente auditável por terceiros e com custo de produção beirando o zero, já que os dados são presentes nos sistemas de banco de dados da Unidade.

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

11 Estrutura de Governança

Atualmente, não há na Superintendência de Polícia Federal no Amazonas, Unidade Jurisdicionada e sua Unidade descentralizada de Tabatinga, a existência de um órgão de controle interno formalmente constituído, embora, tenha sido publicada a Instrução Normativa nº 043/2010 – DG/DPF, de 23 de dezembro de 2010, que versa sobre os procedimentos que devem ser adotados para a instituição das Unidades de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados.

Saliento, porém, que a implementação deste setor, que considero de suma importância ao desempenho e bom andamento dos trabalhos de qualquer órgão da administração Pública, ainda não foi possível devido a enorme carência de pessoal e, neste caso, mais especificamente, de pessoal qualificado para exercer este papel dentro desta Instituição.

Outrossim, insta salientar que, os controles a que esta Unidade Jurisdicionada submete-se são: O controle Hierárquico, o controle através do monitoramento contínuo dos sistemas, o controle dos atos formais e registros financeiros realizados pela COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERA – COF, pela CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU e PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, e, também, o controle de legalidade de seus atos realizados pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU.

Sendo assim, ressaltamos que a tomada de providências relativas a efetivação da criação deste setor nesta Unidade Jurisdicionada, depende quase que exclusivamente da chegada de novos servidores capacitados, fato este, que somente será possível quando houver a realização de novos concursos e conseqüentemente, a chegada de novos servidores para comporem tal setor.

12 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
<p>Em que pese a inexistência formal de Controle Interno no âmbito da SR/DPF/AM em razão de não só carência de pessoal, mas também, e principalmente, de pessoal qualificado, todos os controles são realizados pelos servidores de cada respectiva área, imediatamente, e pelos gestores de forma mediata.</p> <p>Importante salientar que, ainda em razão da carência crítica de efetivo na Unidade, os servidores se tornam, em vários casos, responsáveis direta ou indiretamente, por mais de uma área de atuação. Isso dificulta não só o canal de comunicação como também a segregação de cada função e as respectivas avaliações de riscos.</p> <p>Informa-se, assim, que não há unidade formal de controle interno na Superintendência, o que não significa afirmar que haja esse controle.</p> <p>Por outro lado, todos os atos da Unidade obedecem ao controle hierárquico e ao contínuo monitoramento dos sistemas de informática. Esse controle é exercido pelos próprios servidores, pelo órgão central, através da ACI/DG e também pela CGU e AGU.</p> <p>Ademais, a Corregedoria Regional é extremamente atuante em todos os aspectos preventivos e repressivos de eventuais desvios de conduta por parte dos servidores. No último ano de 2012, a título de exemplo, 4 (quatro) servidores foram presos cautelarmente e afastados de seus cargos em razão de investigações levadas a termo pelo Núcleo de Inteligência Policial da própria Unidade e afastados de seus respectivos cargos em razão de manifestação da COR/AM.</p> <p>Assim, forço concluir que, em que pese a ausência em sua estrutura formal, os controles existem e são cumpridos de forma eficiente.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

13 Sistema de Correição

Efetivo da Corregedoria Regional de Polícia:

- 3 (três) Delegados de Polícia Federal
- 7 (sete) Escrivães de Polícia Federal
- 1 (um) Agente de Polícia Federal
- 1 (um) Servidor Administrativo da Polícia Federal

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A Corregedoria Regional de Polícia Federal é uma unidade da estrutura da Superintendência Regional do DPF no Amazonas, a quem compete a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária e disciplinar; elaborar os planos de correições periódicas; apurar as irregularidades e infrações cometidas por servidores na circunscrição desta Regional, controlar, fiscalizar e avaliar os trabalhos das Comissões de Disciplina.

No cumprimento de seu mister, a Corregedoria está estruturada no seu organograma em dois núcleos, quais sejam: o Núcleo de Disciplina – NUDIS e o Núcleo de Correições – NUCOR, além das Comissões Permanentes de Disciplina e o Setor de Distribuição de Inquéritos Policiais.

Com relação às atividades de correição, durante o exercício de 2012 esta SR/DPF/AM trabalhou com uma média mensal de 1800 IPLs em andamento, observando-se que as inclusões dos inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros dados relativos aos procedimentos policiais vêm sendo feitos em tempo razoável. No ano de 2012 foram instaurados 983 inquéritos, enquanto que no ano de 2011 foram 1095 instaurações. Tal diminuição foi possível em virtude do incremento da atividade de pesquisa de duplicidades de procedimentos e filtro de notícias-crimes levada a efeito pela COR/SR/DPF/AM. Frise-se que 2012 foi um ano eleitoral, período em que, em tese, são formuladas mais notícias-crimes.

Foram promovidas regularmente as correições pelo NUCOR, tais como: do depósito de entorpecentes da SR/AM, do Núcleo Cartorário da SR/AM, da Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga, dos Postos Avançados do DPF no Amazonas, dos Inquéritos Policiais etc.

Cumpre, ainda, obviar que no ano de 2012 foram elaborados dois planos de saneamentos pela COR/SR/DPF/AM com o fito de corrigir pendências na seara disciplinar e correcional.

Por oportuno, vale destacar que foram cumpridas temporaneamente pela COR/SR/DPF/AM todas as demandas advindas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC Setorial.

Já em relação às expectativas para o exercício de 2013, a Corregedoria tem como meta aumentar a lotação de recursos humanos nos Núcleos de Disciplina e de Correições, prosseguir promovendo o saneamento das pendências detectadas pelo NUDIS e pelo NUCOR, além de incrementar a produtividade em matéria de Polícia Judiciária da SR/DPF/AM.

Colacionamos abaixo dados estatísticos de 2012 da COR/SR/DPF/AM:

MANIFESTAÇÕES: 983
OFÍCIOS EXPEDIDOS: 512
MEMORANDOS EXPEDIDOS: 188
DESPACHOS: 1615

14 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Sistema SAD da Polícia Federal e o Sistema CGU-PAD vêm sendo devidamente alimentados pela COR/SR/DPF/AM, tendo sido designados dois servidores (Escrivães) para a alimentação dos bancos de dados.

Mensalmente, o NUDIS/SR/DPF/AM encaminha à COGER/DPF uma planilha atualizada acerca da fase de andamento dos procedimentos disciplinares desta Regional, com base em informações prestadas pelos Sindicantes/CPIs e disponibilizadas no CGU-PAD.

Os dados a seguir, relativos às atividades do Núcleo de Disciplina em 2012, demonstram que o corpo funcional da SR/DPF/AM, em geral, é ordeiro, obediente e zeloso no cumprimento do dever. No ano de 2012 ocorreu um aumento no número de processos disciplinares precipuamente em decorrência de operação policial de contra inteligência, a qual chegou a ensejar a prisão cautelar de quatro servidores desta SR/DPF/AM.

Segue, abaixo, a estatística desta Regional em matéria disciplinar, conforme CGU-PAD e de acordo com o SAD (banco de dados do DPF):

Processos disciplinares concluídos em 2012: 7 (sete)

Processos disciplinares a serem instaurados: 0

Sindicâncias concluídas: 27 (vinte e sete)

Sindicância a ser instaurada: 0

Sindicâncias Patrimoniais concluídas: 2 (duas)

Investigações prévias concluídas: 2 (duas)

Investigação prévia a ser instaurada: 0

Processo especial de acidente em serviço: 0

Processos especial de acidente a ser instaurado: 0

14.1.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

14.1.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.939.418,04	4.555.320,86	4.939.418,04	4.555.320,86
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	4.939.418,04	4.555.320,86	4.939.418,04	4.555.320,86
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	1.926.542,62	1.558.912,70	1.893.572,36	1.558.912,70
g) Dispensa	1.572.836,96	1.482.347,06	1.551.332,91	1.482.347,06
h) Inexigibilidade	353.705,66	76.565,64	342.239,45	76.565,64
3. Regime de Execução Especial	434.600,00	679.630,00	434.600,00	679.630,00
i) Suprimento de Fundos	434.600,00	679.630,00	434.600,00	679.630,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.304.678,80	-	2.304.678,80	-
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	2.304.678,80		2.304.678,80	
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	9.605.239,46	6.793.863,56	9.572.269,20	6.793.863,56

Fonte: SIAFI GERENCIAL

14.1.1.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339014	2.304.676,80	1.695.496,34	2.304.676,80	1.695.496,34	-	-	2.304.676,80	1.695.496,34
2º elemento de despesa 339030	830.075,16	877.854,75	684.871,82	701.183,22	145.203,34	176.671,53	648.098,71	791.020,77
3º elemento de despesa 339033	572.070,75	488.429,00	470.852,30	478.429,00	4.276,74	-	470.852,30	16.113,50
Demais elementos do grupo 339036	258.798,85	243.169,58	258.798,85	243.169,58	-	-	258.798,85	243.169,58
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa 449051 UG	-	1.090.069,94	-	-	-	1.090.069,94	-	

200383+								
200382								
2º elemento de despesa 3390 52 UG 200382 +200383	156.584,62	1.015.442,98	48.297,91	16.579,98	129.716,71	15.960,00	48.297,91	16.579,98
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

- **Alterações significativas ocorridas no exercício:** Em razão da redução na Cota Orçamentária, por conta do Decreto 7.689/2012, houve alterações significativas na Execução Orçamentária desta UJ, ocasionando redução de gastos com diárias para policiais, passagens, aquisição de material de expediente e de informática, energia e telefonia fixa e móvel.

- **Contingenciamento no exercício:** Os efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício, obrigaram a muitos atrasos nos pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços, onde muitas vezes recorremos a pedido de alteração de QDD, para honramos os compromissos assumidos, alterando desta forma os resultados planejados.

- **Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:** Os eventos negativos que prejudicaram as ações da UJ foram: as reduções de gastos, tais como contratações, aquisição de material permanente para equipar as delegacias, diárias e passagens para a realização de missões nos diversos municípios do Estado. Os eventos positivos foram muito

poucos, destacando-se o atendimento da COF nos pedidos de alteração de QDD para fazermos frente às despesas mais urgentes.

- **Outras questões relevantes:** Esta UJ, por ser uma Unidade com atividades peculiares à região onde se encontra, foi muito prejudicada com a redução do orçamento, haja visto as missões para o interior serem realizadas na maioria das vezes através de embarcações, e as mesmas precisavam de constantes reparos para realizar as missões a contento, com os escassos recursos destinados para tal fim.

PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

14.1.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 109.611,57	-	R\$ 109.611,57	-
2010	R\$ 35.935,94	-	R\$ 35.935,94	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 1.537.681,94	-	R\$ 447.612,00	R\$ 1.090.069,94
2010	R\$ 2.679.507,79	-	R\$ 2.679.507,79	R\$ 944.800,50
...	R\$ 1.537.681,94	-	R\$ 447.612,00	R\$ 1.090.069,94

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise crítica

As considerações mais significativas referentes ao controle do pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores serão expostas pela Setorial de Contabilidade da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF, bem como pelas Coordenações de Contabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria do Tesouro Nacional. Sendo assim, no âmbito do DPF, as referidas Unidades, responsáveis principalmente pelo acompanhamento da conformidade contábil do DPF, possuem maior ingerência e acompanhamento sobre as seguintes questões:

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;*
- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;*
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto; e, por fim,
- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.

No entanto, foi possível inferir que houve empenho por parte do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, a fim de reduzir a zero os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. Todavia, nem sempre tal meta se concretiza no tempo esperado, em razão de fatores alheios às determinações do Ordenador de Despesas.

No tocante aos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores foram reinscritos conforme orientação pela mensagem 2012/1995056 da Coordenação Geral de Contabilidade/STN, os empenhos 2011NE800306 referente a Construção de Flutuante das embarcações da SR/AM.

Fazendo considerações sobre motivos determinantes para a inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores, ressaltamos como negativo o fato de alguns fornecedores de serviços não terem honrado o compromisso firmado com esta Superintendência Regional até o final do exercício, ocasionando assim a devida inscrição em Restos a Pagar, para posterior pagamento quando feita a prestação devida do serviço contratado.

15 Suprimento de Fundos

15.1.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

15.1.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200382	SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO AMAZONAS	-	-	-	
200383	SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO AMAZONAS	434.600,00	266.601,65	111.184,07	377.785,72
					-
					-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	434.600,00	266.601,65	111.184,07	377.785,72

Fonte: SIAFI Gerencial.

15.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	01
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	11
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	07
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	04
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	06
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	19

Fonte: Sistema SIAPE.

15.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	04	04	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	24	24	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	24	1	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	28	28	02	01

Fonte: Sistema SIAPE.

15.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo		0,20%		1,6%	18,7%	79,6%			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		0,20%		1,6%	18,7%	79,6%			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)		0,20%		1,6%	18,7%	79,6%			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema SIAPE.

15.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anterior es	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	201 2									
	201 1									
	201 0									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	201 2	28.898.695,14	2.491.013,49	1.028.707,91	1.097.238,67	678.117,48		3.775,79	48.269,03	34.245.817,51
	201 1	30.304.876,77	2.560.408,87	1.046.753,67	1.127.938,04	665.717,90			54.204,23	35.759.899,48
	201 0	30.545.209,73	2.667.655,37	1.068.310,60	1.153.143,00	387.459,10		23.533,40	54.712,97	35.900.024,17
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	201 2									
	201 1									
	201 0									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	201 2									
	201 1									
	201 0									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	201 2									
	201 1									

	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012		74.580,41								74.580,41
	2011		74.875,86								74.875,86
	2010		71.036,85								71.036,85
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012		71.097,11								71.097,11
	2011		72.710,27								72.710,27
	2010		74.137,60								74.137,60

Fonte:DDP – Sistema SIAPE.

15.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

15.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	47	4
1.1 Voluntária	41	4
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	6	
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	47	4

Fonte: Sistema SIAPE.

15.1.5 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UJ não possui indicadores desenvolvidos para a área de recursos humanos.

- Absenteísmo;

Embora não dispondo de indicadores desenvolvidos para a área de Recursos Humanos, nos últimos anos apuramos o índice de absenteísmo relacionado principalmente aos afastamentos por motivo de saúde.

No exercício de 2012 apuramos um índice de 2,61%, número que indica ligeiro aumento em relação a 2011, mas que mantém a tendência de queda verificada após a implementação da Unidade do SIASS que centralizou as perícias em saúde.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

No exercício de 2012 não ha registro de Acidente de Trabalho ou doenças ocupacionais.

- Rotatividade (*turnover*);

Não consideramos as movimentações de Pessoal envolvendo servidores dessa UJ “Rotatividade”, visto que, nos últimos exercícios o nosso quadro de servidores diminuiu, ou seja, não há reposição sistemática do quadro de servidores.

- Educação Continuada;

As políticas de Educação continuada são de responsabilidade da ANP – Academia Nacional de Polícia, entidade vinculada ao Órgão Central em Brasília.

- Aposentadoria *versus* reposição do quadro.

As reposições de pessoal envolvendo não só as aposentadorias são insuficientes visto que nos últimos anos, mesmo com a realização de Concursos, o quadro de servidores desta UJ, vem diminuindo.

16 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS													
UG/Gestão: 200382						CNPJ: 00.394.494/0021-80							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	12	6,37245E+13	28/08/08	28/08/13			19	17			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SELOG/SR/DPF/AM.

16.1.1 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS													
UG/Gestão: 200382						CNPJ: 00.394.494/0021-80							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	17/2007	6,36753E+13	12/12/2007	12/12/2012							E
2007	12	O	011/2007	6,36753E+13	30/05/2007	30/05/2013							P
2008	1	O	011/2008	6,37245E+13	28/08/2008	28/08/2013							P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SELOG/SR/DPF/AM.

16.1.2 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	10	10	10	10	68.421,96
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	19	22	24	25	98.942,93
3. Total (1+2)	29	32	34	35	167.364,89

Fonte: Sistema SIAPE.

PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

17 Gestão do Patrimônio Imobiliário

17.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Manaus - AM	3	3
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SPIUNET.

17.1.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200382	025500640500-2	15	2	80.539,89		-	-	
200382	025500641500-8	15	2	74.497,54				
200382	0255698.500-9	21	2	2.899.570,05				
Total				3.054.607,48			Σ	Σ

Fonte: SPIUNET.

Análise crítica

Os bens imóveis sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada, de um modo geral, estão em boas condições de uso, destacando-se o prédio principal da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas. Da mesma forma, os imóveis sede dos Postos Avançados de São Gabriel da Cachoeira-AM, e Santo Antônio do Içá-AM, tratando-se de imóveis próprios e com mobílias adequadas.

Houve significativa melhora nos bens destinados à DPF/TBA/AM, mas que ainda carecem de aperfeiçoamento e ampliação. Vale citar que está incluída no plano estratégico de defesas de

nossas fronteiras, a construção da nova sede da DPF/TBA/AM, além de residências funcionais para os servidores ali lotados. Permanece ainda em situação crítica o Posto Avançado de Tefé-AM, onde o imóvel não é adequado às atividades do DPF. Estão sendo realizadas gestões junto ao IBAMA e a Prefeitura local com a finalidade de que seja transferido para o patrimônio do DPF um terreno para que seja construído o Posto Avançado de Tefé-Am nos mesmos moldes do Posto Avançado de São Gabriel da Cachoeira/AM.

De outro modo, ressaltamos o fato de que as avaliações dos imóveis pertencentes a Superintendência de Polícia Federal no Amazonas foram todas efetuadas e estão dependendo de homologação do órgão competente, neste caso, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU. De acordo com pedido formalizado nos ofícios de nº 7328/2012 de 26/09/2012 e 7288/2012 de 25/09/2012.

Cumprir informar ainda que estão sendo tomadas todas as providências em relação a regularização dos imóveis utilizados por esta Superintendência Regional de Polícia Federal, junto aos órgãos responsáveis.

18 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes	

processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(3)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Todas as tomadas de decisões relativas à política de uso e aquisição de recursos de TI são feitas pelo Órgão Central da CTI em Brasília-DF.	

Análise crítica

A Alta administração responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de gestão e uso corporativo da Tecnologia da Informação. Porém, em decorrência da rotatividade existente, tanto na chefia, quanto dos demais integrantes que compõem o Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência convém elaborar uma rotina documentada e amplamente divulgada aos integrantes deste setor, na qual conste, de forma objetiva, a política da organização quanto a essa gestão e ao uso corporativo da TI, visando com isso o continuísmo da visão organizacional para o atingimento das metas e objetivos de médio e longo prazo.

Quanto às metas e objetivos, estes precisam ser definidos e divulgados a todos os integrantes da organização que, com suas atividades, possam impactar no resultado final, contando com indicadores previamente definidos para que sirva como parâmetro para que se verifique a evolução organizacional quanto ao tema proposto.

Nota-se a necessidade de maior interação entre a CGTI e a Alta administração da Superintendência no sentido de alinhar os objetivos e metas, pois sendo a CGTI órgão central gestor da TI no DPF e sendo a TI instrumento de apoio a atividade fim deste departamento ambos precisam interagir para a definição das metas dos NTI's visando dar maior suporte ao cumprimento das metas da organização como um todo.

19 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			x		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			x		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

20 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

20.1 – Políticas adotadas para uso racional de água, papel e energia elétrica.

A superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas, visando a melhor utilização dos materiais acima mencionados, utiliza-se de recursos básicos, ou seja, em relação ao uso da água, utiliza-se nos banheiros da Superintendência e demais áreas que necessitem de sua utilização de torneiras com dispensa automática de água e mictórios com sensores de presença, evitando assim o desperdício da mesma e sua sub-utilização.

Em relação ao uso de papel, procura-se implantar a utilização de papel reciclado mais frequentemente e as impressões são feitas em documentos comuns em frente e verso, bem como, orienta-se para que seja sempre realizada a revisão de documentos antes da impressão para evitar o desperdício por erros de grafia ou outros quaisquer.

Quanto a utilização de energia elétrica, alude-se ao fato de haver sempre a conscientização dos servidores para que, ao sair das salas desliguem as luzes, condicionadores de ar, computadores ou quaisquer outros aparelhos que não terão utilização durante suas ausências das mesmas e procura-se efetivar a instalação de lâmpadas econômicas com baixo consumo de energia.

Sendo assim, é parte integrante dos planos de desempenho desta Unidade Jurisdicionada a conscientização de todos os servidores, bem como, de todos os que freqüentam esta Unidade no sentido de bem utilizar recursos indispensáveis á manutenção dos serviços e atividades a ela inerentes.

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1680 Resmas	2185 Resmas	2100 Resmas	18.310,96	21.941,25	19.855,80
Água	24 m3	144m3	300m3	247,24	720,67	1.030,31
Energia Elétrica	951.840kW	853.920kW	794.400kW	579.878,93	597.094,98	516.650,21
			Total	598.437,13	619.756,90	537.536,32

Fonte: SELOG/DPF/SR/AM

20.1.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108858	1.1.3.1	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CG U-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação			
1 – A UJ deve esclarecer os saldos de restos a pagar processados que ainda restam, apesar de não terem suporte documental; 2 – A Unidade deve adotar uma atitude proativa na administração dos restos a pagar, de modo a evitar saldos inscritos sem suporte documental.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NEOF/SR/DPF/AM			
Síntese da Providência Adotada			
Conforme relatado pela Chefa do NEOF/SR/DPF/AM, ADM Lilibeth, através do Memo. 2198/2012-SELOG/SR/DPF/AM, de 09 de março de 2012, os restos a pagar sem suporte documental foram cancelados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como a presteza dos servidores do NEOF em pesquisar e selecionar os empenhos sem cobertura documental.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108858	1.1.5.1	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CG U-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Atentar para os valores colocados como estimados nos termos de referência das próximas licitações para que não haja contratação acima da média de mercado e conseqüente descumprimento do princípio da economicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que todas as licitações realizadas até o término do último exercício observaram rigorosamente os valores estimados nos termos de referência.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108858	2.1.1.1	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CG U-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
É necessário que a SR/DPF/AM observe nos próximos editais de licitação a obrigatoriedade de mencionar os critérios de aceitabilidade de preços máximos, tanto unitários como global.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que estão sendo mencionados os preços unitários e globais como limites máximos de aceitabilidade das propostas vencedoras dos certames licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor - CPL/SR/DPF/AM.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108858	2.1.1.2	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
É necessário que a SR/DPF/AM siga o rito do art. 40, §1º, da Lei 8.666/93, ou seja, que o original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
Conforme relatado pelo presidente da CPL/SR/DPF/AM, ADM Adriano, através do Memo. 1321/2012-CPL/SELOG/SR/DPF/AM, de 12 de março de 2012, que a recomendação acerca do cumprimento do rito do art. 40 está sendo observada A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi atendida a recomendação por parte do OCI .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado para que, nos próximos certames licitatórios, haja a observância dos itens obrigatórios constantes do art. 40, da Lei 8.666/93.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108858	2.1.1.3	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Atentar para os valores colocados como estimados nos termos de referência das próximas licitações para que não haja contratação acima da média de mercado e conseqüente descumprimento do princípio da economicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que todas as licitações realizadas até o término do último exercício observaram rigorosamente os valores estimados nos termos de referência. A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108858	2.1.1.6	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
É necessário que a SR/DPF/AM observe nos próximos editais de licitação a obrigatoriedade de mencionar os critérios de aceitabilidade de preços máximos, tanto unitários como globais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que estão sendo mencionados os preços unitários e globais como limites máximos de aceitabilidade das propostas vencedoras dos certames licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente. A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201108858	2.1.1.4	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Que a SR/DPF/AM encaminhe à CGU/Regional/AM a resposta solicitada no item 7 da SA 253.067/002, de 14.2.2011.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado ao OCI o Ofício nº2357/2012-SELOG/SR/DPF/AM, protocolado no OCI sob o nº 00203.000407/2012-01, com a resposta solicitada.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No caso em questão, a análise foi negativa, pois a resposta ao questionamento do OCI foi apoiada pela AGU/AM e já havia sido respondido anteriormente.			

20.1.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108858	1.1.4.1	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CG U-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que seja providenciada a avaliação dos imóveis sob responsabilidade da SR/DPF/AM, com a constância bianual.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
NAD/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
<p>Conforme descrito no Memo. Nº 964/2012-NAD/SR/DPF/AM, de 03 de fevereiro de 2012 foram realizadas as devidas gestões junto a outros Órgãos com a finalidade de serem implementadas as medidas solicitadas pelo Órgão de Controle Interno, porém, até o momento, os órgãos externos a esta Unidade não responderam às solicitações.</p> <p>De outro modo, ressaltamos o fato de que as avaliações dos imóveis pertencentes a Superintendência de Polícia Federal no Amazonas foram todas efetuadas e estão dependendo de homologação do órgão competente, neste caso, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU. De acordo com pedido formalizado nos Ofícios de nº 7328/2012, de 26/09/2012 e 7288/2012, de 25/09/2012.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não foi atendida a recomendação por parte do NAD/SR/DPF/AM .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator negativo e que se torna preponderante para que esta UJ adote as providências necessárias ao atendimento da recomendação supracitada deve-se ao fato de que para realizarmos as devidas atualizações necessitamos de documentos expedidos pela Prefeitura local, bem como uma maior colaboração por parte da Superintendência do Patrimônio da União, este último no tocante a melhor agilização dos processos de homologação dos processos de avaliação.			

21 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Atualmente, não há na Superintendência de Polícia Federal no Amazonas, Unidade Jurisdicionada e sua Unidade descentralizada de Tabatinga, a existência de um órgão de controle interno formalmente constituído, embora, tenha sido publicada a Instrução Normativa n° 043/2010 – DG/DPF, de 23 de dezembro de 2010, que versa sobre os procedimentos que devem ser adotados para a instituição das Unidades de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados.

Saliento, porém, que a implementação deste setor, que considero de suma importância ao desempenho e bom andamento dos trabalhos de qualquer órgão da administração Pública, ainda não foi possível devido a enorme carência de pessoal e, neste caso, mais especificamente, de pessoal qualificado para exercer este papel dentro desta Instituição.

Igualmente, insta salientar que, os controles a que esta Unidade Jurisdicionada submete-se são: O controle Hierárquico, o controle através do monitoramento contínuo dos sistemas, o controle dos atos formais e registros financeiros realizados pela COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – COF, pela CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU e PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, e, também, o controle de legalidade de seus atos realizados pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU.

Sendo assim, ressaltamos que a tomada de providências relativas à efetivação da criação deste setor nesta Unidade Jurisdicionada, depende quase que exclusivamente da chegada de novos servidores capacitados, fato este, que somente será possível quando houver a realização de novos concursos e conseqüentemente, a chegada de novos servidores para que seja constituído este setor.

22 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

22.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SRH/SR/DPF/AM.

Obs.: Todos os servidores lotados na UJ apresentaram autorização de acesso a declaração de ajuste anual do imposto de renda nos termos do disposto no parágrafo 2º, artigo 3º do decreto nº 5.483, de 30/06/2005.

Análise crítica

Todos os servidores lotados na UJ apresentaram autorização de acesso a declaração de ajuste anual do imposto de renda nos termos do disposto no parágrafo 2º, artigo 3º do decreto nº 5.483, de 30/06/2005.

23 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

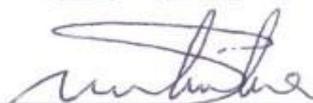
23.1.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Lilibete Souza da Silva**, CPF nº **074.936.142-53**, **Chefe do Setor de Administração e Logística Policial**, exercido na **Superintendência Regional do Amazonas**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, ___ de ___ de 2013.



Maria Lilibete Souza da Silva
074.936.142-53
Chefe SELOG/SR/DPF/AM

24 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

24.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada realiza a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída por meio das Portarias nº 106/2012 de 17 de agosto de 2012, 015/2012 de 14 de fevereiro de 2012 e 016/2012 de 14 de fevereiro de 2012, - GAB/SR/AM. Em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

Em relação a Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão foi a metodologia definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, que corresponde ao método linear.

As taxas utilizadas para os cálculos foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido; foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF.

Em relação ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, temos o seguinte comentário:

- NBC T 16.9 –

Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões.

NBC T 16.10.

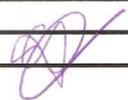
Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido.

Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

25 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

25.1.1 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS - SR/DPF/AM			200382 - 200383
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200382, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC nº	DF-015371/O-4

DATA: 25/02/13

HORA: 09:41:02

USUARIO: ANA RUTHE

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2013/0481005 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 22/02/13 AS 11:14: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR - ERRATA

SENHOR ORDENADOR DE DESPESAS E CHEFE DE LOGÍSTICA,

1. SOLICITO A VOSSA SENHORIA, EM ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MENSAGEM SIAFI 2013/0473715, ANEXAR À DECLARAÇÃO DO CONTADOR ENVIADA A ESSA UG A ERRATA A SEGUIR:

*** ONDE SE LÊ:

" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO SIAFI (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO), REGIDOS PELA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...)."

*** LEIA-SE:

" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO SIAFI (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS), REGIDOS PELA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...)."

*** ACRESCENTAR:

PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO FORAM CONSIDERADOS OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

(...)

D) OS DEMONSTRATIVOS DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO NÃO ESTÃO DISPONIBILIZADOS NO SIAFI.

2. EM CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM O CONTADOR RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DOCUMENTO.

ATENCIOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE/COF/DLOG
SETORIAL DE CONTABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL

27 . Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

27.1 – Atividades de polícia judiciária

27.1.1 Operações policiais de destaque:

1. Operação Check In: Manaus/AM - A Polícia Federal no estado do Amazonas deflagrou, em 6/6, a Operação Check In, que investiga o furto de bagagens no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus.

2. Operação Insônia: Manaus/AM - A Polícia Federal deflagrou, no dia 9/3, em parceria com a Controladoria-Geral da União, a Operação Insônia, que investigou a falsificação de documentos públicos, privados e estelionato praticados pelos gestores do Instituto do Sono do Amazonas – ISAM, em detrimento do Sistema Único de Saúde – SUS. O desvio alcança a cifra de R\$ 1.500.000,00.

3. Operação Rio Negro: Manaus/AM - A Polícia Federal cumpriu, no dia 21 de março, 12 mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e empresariais, todos expedidos pela Justiça Federal no Amazonas.

4. Operação Sol Dourado II: Investigar supostas irregularidades em contratos de publicidade em que era utilizada a empresa de nome “Sistema de Comunicação Sol” para fornecimento de notas fiscais com indícios de falsificação em licitações em Manaus/AM.

5. Operação Trapézio 2: TABATINGA/AM - A Polícia Federal, em cooperação com os países vizinhos, iniciou, em 11/08/2012, a Operação Trapézio 2 na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. O objetivo é combater o tráfico de drogas.

6. Operação Sentinela: Manutenção da Operação Sentinela no AM, em curso desde dezembro de 2009, nas fronteiras entre Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela.

7. Operação Udyat: realizada em maio de 2012, responsável pela prisão de servidores da SR/DPF/AM, que praticavam extorsão no setor de Controle de Produtos Químicos.

27.1.2 Estatísticas da Perícia Criminal e Papiloscopia.

QUADRO PERÍCIA

Área de Exame	Unidade	
	DPF/TBA/AM	SETEC/SR/DPF/AM
Perícias Contábeis e Financeiras	-	42
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	04	31
Perícias de Engenharia	01	10
Perícias de Informática	-	176
Perícias de Local	-	21
Perícias de Meio Ambiente	-	49
Perícias de Química Forense	71	92
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	-	17
Perícias de Veículos	01	23

Perícias Documentoscópicas	09	195
Perícias Eletroeletrônicas	-	22
Perícias Merceológicas	-	15
TOTAL	86	693
TOTAL GERAL		779

Fonte: SETEC/SR/AM

QUADROS PAPILOSCOPIA:

I - Consultas ao sistema de informações criminais:

Unidade	2012
SR/DPF/AM	5.739
DPF/TBA/AM	0
TOTAL	5.739

Fonte: NID/SR/AM

Obs: Segundo informações do PPF Afonso Rebelo SR/AM não constam consultas ao sistema de informações criminais efetuadas pelos servidores da DPF/TBA/AM no ano de 2012.

II- Inclusões de Prontuários de identificação criminal:

Unidade	2012
SR/DPF/AM	1.260
DPF/TBA/AM	0
TOTAL	1.260

Fonte: NID/SR/AM

Obs: Inclusões de prontuários da DPF Tabatinga são realizadas por intermédio da SR/DPF/AM.

III- Emissões de folhas de antecedentes criminais:

Unidade	2012
SR/DPF/AM	1.107
DPF/TBA/AM	0
TOTAL	1.107

Fonte: NID/SR/AM

Obs: Inclusões de prontuários da DPF Tabatinga são realizadas por intermédio da SR/DPF/AM.

27.2 - Atividades de polícia administrativa

27.2.1. Imigração e Passaporte:

A) solicitações de confecção de passaportes durante o ano de 2012:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/AM	23.228
DPF/TBA/AM	331
TOTAL	23.559

Fonte: DELEMIG/SR/DPF/AM

B) requerimentos de fluxo migratório internacional, pedidos de registro, naturalização e permanência de estrangeiros, além de ocorrências de documentos de viagem:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/AM	
Fluxo migratório internacional	226.633
Pedidos de registro	2.803
Naturalização e permanência de estrangeiro	161
Documentos de viagem	-
DPF/TBA/AM	
Fluxo migratório internacional	19.849
Pedidos de registro	76
Naturalização e permanência de estrangeiro	100
Documentos de viagem	
TOTAL	249.622

Fonte: DELEMIG/SR/DPF/AM

c) Estação SINPA (01 computador, 01 impressora e periféricos) para as demandas de passaportes dos municípios que compõe a circunscrição e cada Unidade:

Unidade	Quantidade	Municípios Atendidos
SR/DPF/AM	3	Todos os Municípios do Estado do Amazonas, exceto a Cidade de Tabatinga/AM.
DPF/TBA/AM	01	Tabatinga, Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Carauari, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins.

Fonte: DELEMIG/SR/DPF/AM

27.2.2. Comissão de Vistoria de Segurança Privada.

Atividade	Quantidade/Unidade	
	SR/DPF/AM	OBSERVAÇÕES/DIFICULDADES/PENDÊNCIAS.
Documentação para Curso de Formação conferida.	4575	Não foi computada a documentação referente aos cursos de reciclagem e extensão.
Instituições financeiras	270	08 agências do interior do Estado não foram

vistoriadas		vistoriadas por estarem aguardando disponibilidade do CAOP.
Veículos especiais carro-forte vistoriados	127	03 carros que operam no interior do Estado só foram vistoriados em 2013, pois aguardavam disponibilidade do CAOP, 03 permanecem aguardando o CAOP.
Empresas de segurança privada vistoriadas	Orgânicas – 06 Especializadas - 40	-----

Fonte: DELESP/SR/DPF/AM

- Dificuldades enfrentadas para realização das atividades acima no exercício de 2012:

Com a saída de um Agente de Polícia Federal, e sua não substituição, a DELESP/AM teve seu efetivo de pessoal diminuído e, conseqüentemente, teve seus trabalhos um pouco prejudicados. Atualmente, em face de três servidores policiais estarem desempenhando funções administrativas, o Núcleo Operacional possui algumas pendências, dentre as mesmas, destacam-se:

- 1- 87 (oitenta e sete) ordens de missão policial pendentes.
- 2- 20 (vinte) mandados de intimação pendentes.
- 3- 03 (três) vistorias de empresas pendentes.
- 4- 265 (duzentas e sessenta e cinco) vistorias bancárias pendentes a serem cumpridas até 30 de junho de 2013.

27.2.3 – Controle de Armas de Fogo

Atividade	Quantidade/Unidade
	SR/DPF/AM
Autorização p/ aquisição de arma de fogo	178
Solicitação de porte de arma	41
Armas entregues - campanha de desarmamento	46
Solicitação de renovação de registro	150
Entrega de registro de armas de fogo	415

Fonte: SINARM/SR/DPF/AM

27.2.4 – Controle de Produtos Químicos

Atividade	Quantidade/Unidade
	SR/DPF/AM
Processos para emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	46
Processos para emissão de Certificado de Licença de Funcionamento de Produtos Químicos	46
Inspeções Prévias Para Emissão de Certificado de Registro	-----

Cadastral de Produtos Químicos	
Fiscalização de Empresas referente ao cometimento de infrações Administrativas referente à Produtos Químicos	20

Fonte: DELEAQ/SR/DPF/AM

Dificuldades enfrentadas para realização das atividades acima no exercício de 2012:

- As dificuldades enfrentadas pela UJ devem-se à carência de servidores, tanto do quadro administrativo, quanto do quadro de policiais, o que diminui sobremaneira o número de fiscalizações.

CONCLUSÃO

Todas as informações prestadas neste relatório de gestão evidenciam que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, principalmente no que diz respeito à questão orçamentária e financeira relacionadas aos frequentes cortes orçamentários e contingenciamento de recursos no exercício, esta Unidade Jurisdicionada cumpre seu papel constitucional combatendo, de modo expressivo, os mais diversos ilícitos transnacionais e nacionais de atribuição da Polícia Federal. Além disso, oferece ao público externo uma gama de serviços de natureza administrativa, tais como: controle imigratório e emissão de passaportes, controle de produtos químicos, controle e fiscalização de empresas de segurança privada, entre outros.

Como já sabido e informado em diversos trechos deste relatório, a dificuldade de prover e manter servidores policiais e administrativos nas cidades da Amazônia Legal é imensa, é um assunto público e de extrema relevância. Nesta Unidade, tanto na Capital como na Delegacia em Tabatinga, não poderia ser diferente. A ausência de servidores em número compatível com a imensa demanda de serviços prestados pela Polícia Federal dificulta por demais a realização das atividades determinadas legalmente. Importante frisar que esta carência não é somente de policiais federais, mas também de servidores administrativos. Não há concurso para servidores administrativos há mais de 8 anos.

A geografia da região, da mesma forma, impõe mais uma série de desafios. Diferente do resto do país, onde os servidores podem se deslocar de carro para outras cidades a fim de cumprir as mais diversas missões, no Amazonas os carros se tornam barcos e as estradas se transformam em rios sinuosos. Assim, o que para os outros são horas, para o amazonense são dias de viagem. Assim, a questão logística se torna primordial para a execução da tarefa. A título de exemplo, uma simples licitação para aquisição de combustível recebe influência da geografia local, uma vez que os barcos não tem autonomia para abastecer sempre no mesmo posto de serviço, nem são todos os postos que são cadastrados em redes de gerenciamento de frotas e o transporte de combustível em tonéis dentro da embarcação é proibida e perigosa.

O apoio de aeronaves é condição *sine qua non* para o desempenho do papel constitucional do órgão. As grandes distâncias da região assim impõem. Assim, frequentemente é solicitado e recebido da administração central o auxílio de aeronaves do CAOP – COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL. Porém, este apoio, em que pese frequente, não pode ser dado de imediato já que o CAOP apóia diversas outras Unidades. O melhor seria a descentralização da CAOP com a instalação de uma base aeronáutica em Manaus.

Concluindo, reforçamos o entendimento de que esta unidade jurisdicionada, mesmo enfrentando todas as dificuldades relacionadas acima entre outras, cumpre seu papel constitucional e a realiza suas atividades de forma transparente, objetiva e, principalmente, obedecendo a todos os princípios legais e éticos vigentes.